PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2021

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: Altera a Lei nº 02/2017 e a Lei nº 741/1998 com as alterações da Lei nº 19/2021 e dá outras providências.

Protocolado em 27/05/2021

Apresentado em Plenário em 27/05/2021

Encaminhado às Comissões em 27/05/2021

1ª Votação: 27/05/2021

☒ **Aprovado**

☐ **Rejeitado**

11 **votos a favor**

02 **votos contra**

0 **abstenção**

2ª Votação: 28/05/2021

☒ **Aprovado**

☐ **Rejeitado**

10 **votos a favor**

02 **votos contra**

00 **abstenção**

JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO
PRESIDENTE DA CÂMARA

CONVERTIDO NA LEI COMPLEMENTAR Nº: 22/2021

Ofício GP 92/2021

Toritama, 25 de maio de 2021.

À Vossa Excelência
José Ferreira de Carvalho
Presidente da Câmara Legislativa Municipal de Toritama/PE
Rua Hernesto Herculino Cordeiro, nº 199
55.125-00 Toritama. PE

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Complementar. Alteração da Lei nº 741/1998.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Toritama,

Nos termos do art. 54, incisos II e VIII da Lei Orgânica Municipal, encaminho Mensagem nº 10/2021 e Projeto de Lei que altera a Lei nº 741/1998, que trata sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Magistério (PCCM) do Poder Executivo Municipal de Toritama/PE e dá outras providências, para a devida discussão, votação e aprovação dessa respeitável Casa Legislativa.

Dada a importância da matéria e o interesse público que nela se insere, encaminho a justificativa necessária à sua apresentação, bem como solicito que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em **regime de urgência**, na forma do Regimento Interno dessa Casa.

Ademais, informo que o presente projeto se trata de substitutivo do Projeto de Lei Complementar encaminhado através do Ofício GP 91/2021.

Sem outro assunto para o momento, cuido do ensejo para manifestar a Vossa Excelência e dignos pares votos de estima e distinto respeito.

Atenciosamente,

Edilson Tavares de Lima
Prefeito de Toritama

25/05/2021 10:47
Andreza Maria dos Santos Silva
Secretaria de Administração
068.024.494-80

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 11/2021.

Toritama, 20 de maio de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,
Excelentíssimas Senhoras Vereadoras.

O presente Projeto de Lei objetiva realizar adequação da lei à realidade, com a indicação correta de valores referente aos vencimentos do cargo comissionado de supervisor de ensino do quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Toritama, mediante alteração da Lei nº 741/98 (PCC), que trata sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Magistério (PCCM) do Poder Executivo Municipal de Toritama/PE.

Objetiva ainda a adequação da lei à realidade, com a indicação correta de valores referente aos vencimentos dos cargos comissionados de Coordenador do Centro de Tecnologia e de Coordenador de Ações Integradas integrante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico estabelecidos na Lei nº 02/2017, com alterações pela Lei nº 19/2021.

O encaminhamento da matéria é urgente e relevante por se fazer necessária a readequação de vencimentos dos cargos comissionado de:

(i) **supervisor de ensino**, que **se identifica por ser de R$2.298,80** (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), conforme **constante no Anexo VI da Lei nº 741/1998** e não o valor de R$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), constante no Anexo XIII da Lei nº 19/2021 que alteraria o anexo supracitado;

(ii) **Coordenador do Centro de Tecnologia**, Informação e Apoio ao Arranjo Produtivo Local, que **se identifica por ser de R$2.800** (dois mil e oitocentos reais) conforme **constante no Anexo IX da Lei nº 02/2017** e não o valor de R$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), constante no Anexo VII da Lei nº 19/2021 que alteraria o anexo supracitado;

(iii) **Coordenador de Ações Integradas**, que **se identifica por ser de R$1.400** (um mil e quatrocentos reais) conforme **constante no Anexo IX da Lei nº 02/2017** e não o valor de R$1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais), constante no Anexo VII da Lei nº 19/2021 que alteraria o anexo supracitado

Assim, constatado o equívoco, necessário que esta lei seja analisada e aprovada para fins de adequação da lei à realidade. Ressalto ainda que não há apresentação de impacto orçamentário em razão de se tratar de, tão somente, uma adequação da lei à realidade, não havendo qualquer tipo de diminuição ou acréscimo de vencimentos pagos.

Sabedor da sensibilidade dos que fazem essa Casa Legislativa, para com questão de tal relevância, aguardo a aprovação do presente Projeto de Lei pela unanimidade dos seus membros.

Atenciosamente,

EDILSON TAVARES DE LIMA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05, DE 27 DE MAIO DE 2021.

APROVADO
Por 11 votos a favor e 2 contra
Por unanimidade
Em 1ª votação Em 27/05/2021
PRESIDENTE

Altera a Lei nº 02/2017 e a Lei nº 741/1998, com as alterações da Lei nº 19/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O Anexo VI da Lei nº 741/1998, com a redação das Leis Municipais nº 931/2006, 06/2017 e, em especial a Lei Municipal nº 19/2021, passa a vigorar conforme a seguinte tabela:

ANEXO VI DA LEI 741/98
TABELA DE CARGOS COMISSIONADOS PARA O DESEMPENHO DE DIREÇÃO DO MAGISTÉRIO QUE NÃO A DOCÊNCIA

NOME DO CARGO	QUANTIDADE	SÍMBOLO	REMUNERAÇÃO
Diretor de Escola	15	T-DES	R$ 3.400,00
Secretário de Escola	15	T-SEC	R$ 1.724,10
Supervisor de Ensino	26	T-SUPE	R$ 2.298,80
Diretor de Ensino	02	T-DEN	R$ 5.048,50
Diretor de Apoio ao Ensino Fundamental	03	T-DAEF	R$ 3.381,55
Diretor Adjunto de Escola	07	T-DAES	R$ 3.059,70

Art. 2º O Anexo IX da Lei nº 02/2017, com a redação da Lei Municipal nº 19/2021, passa a vigorar conforme a seguinte tabela:

APROVADO
Por 10 votos a favor e 2 contra
Por unanimidade
Em 2ª votação Em 28/05/2021
PRESIDENTE

ANEXO IX DA LEI 02/2017
TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO DO CARGO	Nº DE CARGOS	REMUNERAÇÃO
T-SM	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico	01	R$ 6.000,00
T-DIRFM	Diretor do Departamento de Feiras e Mercados	01	R$ 2.800,00
T-COORDCT	Coordenador do Centro de Tecnologia, Informação e Apoio ao Arranjo Produtivo Local	01	R$ 2.800,00
T-COORDAI	Coordenador de Ações Integradas	01	R$ 1.400,00
T-DIRT	Diretor de Turismo	01	R$2.500,00

Art. 3º No Anexo I da Lei nº 02/2017, com as alterações advindas pela Lei nº 010/2018 e 19/2021, onde lê-se o valor do cargo comissionado de Coordenador do Centro de Tecnologia, Informação e Apoio ao Arranjo Produtivo Local no valor de R$1.400,00 passa-se a ler o valor de R$2.800,00.

Art. 4º No Anexo I da Lei nº 02/2017, com as alterações advindas pela Lei nº 010/2018 e 19/2021, onde lê-se o valor do cargo comissionado de Coordenador de Ações Integradas no valor de R$1.850,00 passa-se a ler o valor de R$1.400,00.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de abril de 2021.

Toritama, 20 de maio de 2021.

EDILSON TAVARES DE LIMA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA

LEI N.º 741/98.

EMENTA: Institui o Plano de Cargos e Carreira do Magistério – PCCM do Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Municipal de Educação do Município de TORITAMA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TORITAMA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54 da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o **Plano de Cargos e Carreira do Magistério - PCCM** do **Sistema Público Municipal de Educação**, nos termos desta Lei, que modifica a Lei Municipal nº 727/97, de 25 de junho de 1997, consolida os princípios e normas a serem observados pela **Secretaria de Educação, Cultura e Esportes,** em sintonia com a política de pessoal do Poder Executivo Municipal, consoante disposições da Emenda Constitucional nº 14/96, das Leis Federais nº 9.394/96 e nº 9.424/96 e Resolução nº 03/97 do Conselho Nacional de Educação.

SEÇÃO II

DOS REQUISITOS

Art. 4º – Constituem **requisitos de formação ou escolaridade para o ingresso nos cargos**, os constantes do **Anexo III** desta Lei.

Art. 5º - O exercício da carreira de magistério exige, como qualificação mínima:

I - ensino médio completo, na modalidade normal;

II - ensino superior em curso de licenciatura, de graduação plena, com habilitações específicas em área própria;

III - formação superior em área correspondente a complementação nos termos da legislação vigente.

§ 1º - Para o cumprimento das exigências deste artigo, observar-se-ão as normas consignadas no **Art. 13,** desta Lei.

§ 2º - É pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer funções de magistério, que não a docência, experiência mínima de 2 (dois) anos, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino público ou privado.

§ 3º - Incluem-se nas atividades de suporte pedagógico direto, as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

CAPÍTULO III

DOS CONCEITOS E FUNDAMENTOS

SECÇÃO I

DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 6º - Entende-se como profissionais de magistério aqueles que exercem atividades de docência e suporte pedagógico direto a estas atividades, incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

VIII – **Atividades de Apoio Administrativo** – entende-se por atividade de apoio administrativo as funções de secretariado, serviços burocráticos e controle interno, necessários ao funcionamento dos órgãos e unidades administrativas do Sistema Público Municipal de Educação.

IX – **Professor I** – Professor do Ensino Fundamental de 1º a 4º Série, Educação infantil, de Jovens e Adultos e Educação Especial.

X – **Professor II** – Professor do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série e do Ensino Médio.

XI – **Grade** – é o conjunto de matrizes de vencimento referente a cada órgão;

XII – **Matriz** – é o conjunto de classes seqüenciais e faixas, segundo a formação, habilitação, titulação e qualificação profissional.

CAPÍTULO V

DOS GRUPOS OCUPACIONAIS E DA ESTRUTURA DE CARGOS E CARREIRAS

SEÇÃO I

DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Art. 8º - Ficam criados no Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Municipal de Educação, os grupos ocupacionais de:

I – Grupo 1: **Magistério**;

II – Grupo 2: **Apoio Técnico, Científico e Pedagógico**;

III – Grupo 3: **Apoio Administrativo**

SEÇÃO II

DOS CARGOS COMPONENTES DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Art. 9º - Compõem o ***Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Municipal de Educação*** os cargos, nos respectivos quantitativos constantes do **ANEXO I,** transformados e criados por esta Lei.

III - graduação;
IV - carga horária;
V - valor dos vencimentos;
VI - base de referência;
VII - parâmetros para cálculo dos intervalos entre faixas, classes e matrizes;

CAPÍTULO V

DO PROCESSO DE INGRESSO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

SEÇÃO I

DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 13 - O ingresso na carreira ocorrerá por concurso público de provas e títulos, preenchidos os requisitos de formação ou escolaridade exigidos para o cargo, na forma do **ANEXO III**, devendo ser observadas as disposições do **Art. 5º**, abaixo especificadas:

I - para o exercício da docência, como qualificação mínima:

a) ensino médio completo, na modalidade normal, para docência na educação infantil, de jovens e adultos, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e educação especial;
b) ensino superior em curso de licenciatura, de graduação plena, com habilitações específicas em área própria, para a docência nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio;
c) formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente, para a docência em áreas específicas das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio.

II – **Progressão Vertical** – passagem do servidor de uma CLASSE para a imediatamente superior, obedecidos os critérios de desempenho e de tempo de serviço, observado para o desempenho o cumprimento de exigência de participação em programas de desenvolvimento para a carreira, assegurados pela instituição;

III – **Progressão por Elevação de Nível Profissional** – passagem do servidor de uma matriz para outra, conforme a exigência de titulação, independente da **CLASSE** onde se encontra.

SUBSEÇÃO I

DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 15 – A Progressão Horizontal ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, para o servidor que alcançar a pontuação definida no processo de avaliação de desempenho, desde que cumpra o interstício de 01 (um) ano e esteja entre o contingente dos 10% (dez por cento) dos servidores por cargo, habilitados por ordem de classificação no final do ano letivo pelo processo de avaliação de desempenho definido no Plano de Avaliação de Desempenho – **PAD.**

§ 1º - O estágio probatório obedecerá o prazo e disposições da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, de 05.06.98.

§ 2º - O aproveitamento do servidor no processo de avaliação de desempenho, para efeito da progressão tratada no caput deste artigo, não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) da pontuação máxima estabelecida no Plano de Avaliação de Desempenho – **PAD**, definido no Art. **40,** desta Lei.

Art.16 – O servidor concorrerá à Progressão Horizontal quando se encontrar na FAIXA inicial ou em FAIXA intermediária de sua CLASSE, atendidos os requisitos definidos nesta Lei e no Plano de Avaliação de Desempenho.

Parágrafo Único - A Progressão Horizontal deverá observar a ordem seqüencial de disposição das FAIXAS, vedada a ascensão para outra FAIXA que não a imediatamente superior.

Art. 23 – Em nenhuma hipótese uma mesma qualificação, graduação ou titulação poderá ser utilizada em mais de uma forma de progressão.

Art. 24 – O servidor que adquirir nova habilitação, nos termos do artigo **20** desta Lei, passará para a matriz de vencimento correspondente à sua habilitação, permanecendo na mesma CLASSE e FAIXA salarial.

Parágrafo Único – Os servidores ocupantes dos cargos de Professor do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, enquadrados nas matrizes de Formação de Magistério e Formação de Magistério com Aperfeiçoamento, após concluírem Licenciatura Plena, passarão para a CLASSE III, da matriz correspondente a sua habilitação e titulação, permanecendo na mesma faixa salarial.

Art. 25 – A progressão por Elevação de Nível Profissional dar-se-á exclusivamente:

I – **Grupo Ocupacional:** ***Magistério*** – **Professor I.**

a) A progressão para a matriz de vencimento de Formação Magistério, com Aperfeiçoamento ou Especialização, em nível médio, dar-se-á para o **Professor I** que obtiver Curso de Aperfeiçoamento ou Especialização em nível médio, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas;

b) A progressão para a matriz de vencimento de Licenciatura Plena, com habilitação em Magistério dar-se-á para o **Professor I** que obtiver Licenciatura Plena com habilitação em Magistério;

c) A progressão para a matriz de vencimento de Licenciatura Plena, com habilitação em Magistério e com Especialização, dar-se-á para o **Professor I**, portador de Licenciatura Plena, com habilitação em Magistério, que obtiver curso de pós-graduação lato-sensu – Especialização – em área relacionada à sua atuação, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

b) A progressão para a matriz de vencimento com curso de Qualificação Profissional – 240 horas, dar-se á para o Secretário Escolar – M que obtiver curso de Qualificação Profissional, em área relacionada ã sua atuação, atingindo o somatório da carga horária mínima de 240 (duzentos e quarenta) horas, respeitando o interstício de 2(dois) anos de permanência na matriz anterior.

c) A progressão para a matriz de vencimento com concurso de Qualidade Profissional – 300 horas, dar-se á para o Secretário Escolar – M que concluir curso de Qualificação Profissional em área relacionada á sua atuação, atingido o somatório da carga horária mínima de 300 (trezentas) horas, respeitando o interstício de 2 (dois) anos de permanência na matriz anterior.

Parágrafo Único - A graduação definida neste artigo constitui as colunas das matrizes de vencimento, de cada cargo, consignadas nos **ANEXOS IV** desta Lei.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 26 – A avaliação de desempenho é um processo contínuo e sistemático de verificação da atuação do servidor no cumprimento de suas atribuições, em favor da construção da qualidade da educação pública, possibilitando o seu desenvolvimento profissional na carreira e no serviço público.

Parágrafo Único – Obedecidas as diretrizes desta Lei e das disposições da legislação federal respectiva, a avaliação de que trata o caput deste artigo será disciplinada segundo diretrizes a serem estabelecidas no Plano de Avaliação de Desempenho – **PAD**, estabelecido no Art. **40**.

Art. 29 - As remunerações dos docentes, estabelecidas neste plano, obedecem as disposições do Art. 6º, inciso V, da RE nº 3/97, do Conselho Nacional de Educação, devendo ser observado, durante a execução do **PCCM**, que a remuneração dos portadores de diploma de licenciatura plena não ultrapasse em mais de 50 % (cinqüenta por cento) a que couber aos formados em nível médio.

CAPÍTULO VIII

DA JORNADA DE TRABALHO
SEÇÃO I

Art. 30 - A jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) horas e incluirá uma parte de horas/aula e de aulas/atividades, estas últimas correspondendo a um percentual entre 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do total da jornada, consideradas como horas de atividades aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola.

Art. 31 - Aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades escolares deverão ser assegurados 45 (quarenta e cinco) dias de férias anuais, nos períodos de recesso, conforme o interesse da escola.

Parágrafo Único - Os demais integrantes do magistério farão jus a 30 (trinta) dias de férias por ano.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32 – Respeitadas as limitações constitucionais e legais, os profissionais de magistério lotados na Secretaria Municipal de Educação serão enquadrados no Quadro Permanente de Pessoal de Magistério do Sistema Público Municipal de Educação criado por esta Lei.

Art. 38 – Os professores do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, e da Educação Infantil e ainda de Jovens e Adultos, com formação para o Magistério ou portadores de Licenciaturas que, na data da publicação da presente Lei, estiverem cursando Licenciatura Plena ou Pós-Graduação, participarão de programa de desenvolvimento profissional, observados os dispositivos desta Lei e do Art. 67, incisos I a VI e parágrafo único da Lei nº 9.394/96.

Parágrafo Único – A implantação dos programas de que trata o *caput* deste artigo tomará em consideração:

I - a prioridade em áreas curriculares carentes de professor;

II – a situação funcional dos professores, de modo a priorizar os que terão mais tempo de exercício a ser cumprido no sistema.

Art. 39 – Os servidores ocupantes dos cargos atualmente existentes permanecerão nos mesmos, até que sejam enquadrados de acordo com os critérios legais.

Art. 40 – No prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da publicação da presente Lei, será constituída **Comissão para elaboração do Plano de Avaliação de Desempenho - PAD,** que se constituirá em instrumento complementar do PCCM.

§ 1º - A Comissão definida no *caput terá o* prazo de 120 (cento e vinte) dias para elaborar o **PAD.**

§ 2º - Na elaboração do Plano de Avaliação de Desempenho será ouvido o Conselho Municipal de Educação e observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 41 – Fica determinado o intervalo de 3% (três por cento) entre as FAIXAS, e de 6% (seis por cento) entre as CLASSES em todos os cargos que compõem o Quadro Permanente de Pessoal de Magistério do Sistema Público Municipal de Educação.

I – Para o cargo de **Professor I** o intervalo entre as matrizes de vencimento, conforme **Anexo IV**, será de 10% (dez por cento);

II – Para o cargo de **Psicólogo**, o intervalo entre as matrizes de vencimento conforme **Anexo IV**, será de 10% (dez por cento);

III – Para o cargo de **Secretário Escolar**, o intervalo entre as matrizes de vencimento, conforme **anexo IV**, será de 10% (dez por cento);

ANEXO I

DO PCCM DO MUNICÍPIO DE TORITAMA

1.1. Cargos componentes dos Grupos Ocupacionais 1

Cargo Existente	Quantidade	Cargo Transformado - PCC	Quantidade
Professor – M	61	Professor I	85

1.2. Cargos criados

Nomenclatura	Quantidade
Psicólogo	1
Secretário Escolar – M	10

1.3. Cargos em Extinção

Nomenclatura	Quantidade
Professor – SH	8

Toritama, 25 de agosto de 1998.

VALDOMIRO IZÍDIO PEREIRA
Prefeito

ANEXO II
DO PCCM DE TORITAMA
DESCRIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DE TORITAMA

GRUPO 2: Apoio Técnico, Científico e Pedagógico
CARGO: Psicólogo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Realiza atividades de orientação e acompanhamento psicopedagógico a professores e alunos.

DESCRIÇÃO DETALHADA

01 - Orienta o professor no acompanhamento do desenvolvimento psicopedagógico do aluno;
02 - Realiza diagnóstico, emite parecer e procede avaliação psicológica do aluno;
03 - Acompanha os alunos portadores de necessidades educativas especiais;
04 - Realiza atividades de prevenção das causas das necessidades educativas especiais junta à escola;
05 - Realiza atividades de prevenção de situações comportamentais que interfiram na aprendizagem do aluno;
06 - Elabora textos e material psicopedagógico;
07 - Participa da elaboração do currículo e do planejamento das atividades da escola;
08 - Participa com todos os setores da escola, dos aspectos administrativos e pedagógicos;
09 - Participa de estudos e pesquisas referentes à sua área de atuação;
10 - Participa do planejamento e avaliação das atividades de sua área de atuação;
11 - Participa do planejamento das atividades das Unidades Interdisciplinares de Apoio Psicopedagógico, dos Centros de Reabilitação e Educação Especial e das escolas especiais;
12 - Executa outras atividades correlatas.

REQUISITOS

1 - Instrução:

Graduação em Formação de Psicólogo com pré-especialização em Psicologia Escolar.

Toritama, 25 de agosto de 1998.

VALDOMIRO IZÍDIO PEREIRA
Prefeito

ANEXO III

DO PCCM DE TORITAMA

REQUISITOS DE FORMAÇÃO OU ESCOLARIDADE PARA O INGRESSO NO CARGO

CARGOS	REQUISITOS
Professor I	Graduação em Magistério nível médio
Psicólogo Escolar	Graduação em Formação de Psicólogo
Secretário Escolar – M	Formação em Ensino Médio completo com habilitação técnica em Secretariado.

Toritama, 25 de agosto de 1998.

VALDOMIRO IZÍDIO PEREIRA
Prefeito

ANEXO IV

DO PCCM DO MUNICÍPIO DE TORITAMA
GRADE DE VENCIMENTO DO CARGO DE PSICÓLOGO
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

CLASSE	FAIXA	Grade de Vencimentos			
		Formação em Psicologia Nível Superior	Formação em Psicologia com Pós-graduação	Formação em Psicologia com Mestrado	Formação em Psicologia com Doutorado
IV	D	413,39	354,73	500,21	550,23
	C	401,36	441,49	485,64	534,20
	B	389,66	428,63	471,49	518,63
	A	378,31	416,14	457,75	503,52
III	D	356,89	392,58	431,84	475,02
	C	346,50	381,15	419,26	461,18
	B	336,41	370,05	407,85	447,75
	A	326,61	359,27	395,20	434,72
II	D	308,12	338,93	372,83	410,11
	C	299,15	329,06	361,97	398,17
	B	290,44	319,48	351,43	386,57
	A	281,98	310,18	341,20	375,32
I	D	266,02	292,62	321,88	354,07
	C	258,26	284,08	312,49	343,74
	B	250,74	275,82	303,40	333,75
	A	243,46	267,80	294,58	324,03

OBSERVAÇÕES:

1 - Intervalos entre as faixas: é de 3% (três por cento);
2 - Intervalos entre as classes: é de 6% (seis por cento);
3 - Intervalos entre as matrizes: 10% (dez por cento);
4 – Base de referência: Terceira a Sexta Matrizes de Vencimento da Grade do Professor I

Toritama, 25 de agosto de 1998.

VALDOMIRO IZIDIO PEREIRA
Prefeito

ANEXO IV

DO PCCM DO MUNICÍPIO DE TORITAMA

TABELA DE REMUNERAÇÃO

PROFESSORES LEIGOS

DE 1ª A 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Professores Leigos:	Vencimentos p/ 150 h/a	
	ANTES DO PCCM	DEPOIS DO PCCM
Professor – SH	R$ 120,00	R$ 150,00

Toritama, 25 de agosto de 1998.

VALDOMIRO IZIDIO PEREIRA
Prefeito

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2021-PMT

DESPACHO

Encaminho o Projeto de Lei, para apreciação, às seguintes comissões:

- [x] Justiça e Redação;
- [x] Finanças e Orçamento;
- [ ] Obras, Urbanismo, Serviços Públicos, Ecologia e Meio Ambiente;
- [x] Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social e Defesa do Cidadão;
- [ ] Turismo, Indústria, Comércio e Segurança Pública;

Publique-se,
Toritama, 27/05/2021.

JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO
PRESIDENTE DA CÂMARA

Ata da 6ª (sexta) Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social e Defesa do Cidadão da Câmara de Vereadores de Toritama – PE, realizada no dia 27 (vinte e sete) de maio de 2021 (dois mil e vinte e um) às 09h40min, na Casa Legislativa João Manoel da Silva, situada à R. Ernesto Herculino Cordeiro, 199, Centro, Toritama – PE, Presentes os Vereadores: Derivaldo José da Silva, na qualidade de Presidente desta Comissão; Marli Ferreira do Nascimento e Rossana Ferreira de Farias, com a assessoria jurídico-legislativa de Emerson Luis da Silva Petrimperni, para apreciarem a seguinte proposição: Projeto de Lei Complementar nº 05/2021. O Senhor Presidente concedeu a palavra à relatora dos projetos ímpares, que assim se posicionou:

Projeto de Lei Complementar Nº 05/2021

Relatora: Marli Ferreira do Nascimento

Ementa: Altera a Lei nº 02/2017 e a Lei nº 741/1998 com as alterações da Lei nº 19/2021 e dá outras providências.

Apresentação: 27 de maio de 2021

Fim do interstício: 03 de junho de 2021

Quórum: maioria absoluta

Emendas: (Não houve emendas)

Parecer: Pela aprovação.

Votos:

- Rossana Ferreira de Farias: Pela Rejeição
- Derivaldo José (Presidente): Pela Aprovação

GE/GE/SASDC

Derivaldo José da Silva
Presidente Comissão

Rossana Ferreira de Farias
Membro

Marli Ferreira do Nascimento
Membro

Ata da 10ª (décima) Reunião Ordinária da Comissão de Justiça e Redação da Câmara de Vereadores de Toritama – PE, realizada no dia 27 (vinte e sete) de maio de 2021 (dois mil e vinte e um) às 10h, na Casa Legislativa João Manoel da Silva, situada à R. Ernesto Herculino Cordeiro, 199, Centro, Toritama – PE, Presentes os Vereadores: Carolayne Kelley Gonçalves, na qualidade de Presidente desta Comissão; Rossana Ferreira de Farias e Derivaldo José da Silva, com a assessoria jurídico-legislativa de Emerson Luis da Silva Petrimperni, para apreciarem as seguintes proposições os Projeto de Lei Complementar Nº 05/2021-PMT. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao relator dos projetos ímpares ao Vereador Derivaldo José da Silva que assim se posicionou:

Projeto de Lei Complementar Nº 05/2021-PMT
Relator: Derivaldo José da Silva
Ementa: Altera a Lei nº 02/2017 e a Lei nº 741/1998 com as alterações da Lei nº 19/2021 e dá outras providências.
Apresentação: 27 de maio de 2021
Fim do interstício: 03 de junho de 2021
Quórum: maioria absoluta
Emendas: (Não houve emendas)
Parecer: Pela Aprovação.
Votos:

- Rossana Ferreira: Pela rejeição
- Carolayne Kelley (Presidente): Pela Aprovação

Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente deu por encerrada esta reunião e mandou lavrar a presente ata.

Carolayne Kelley Gonçalves
Presidente Comissão

Rossana Ferreira de Farias
Membro

Derivaldo José da Silva
Membro

Ata da 11ª (décima) Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores de Toritama – PE, realizada no dia 27 (vinte e sete) de maio de 2021 (dois mil e vinte e um) às 09h50min, na Casa Legislativa João Manoel da Silva, situada à R. Ernesto Herculino Cordeiro, 199, Centro, Toritama – PE, Presentes os Vereadores: José Edmilson da Silva, na qualidade de Presidente desta Comissão; Carolayne Kelley Gonçalves e Rossana Ferreira de Farias, com a assessoria jurídico-legislativa de Emerson Luis da Silva Petrimperni, para apreciarem o Projeto de Lei Complementar Nº 05/2021-PMT. O Senhor Presidente concedeu a palavra à relatora dos projetos ímpares, a Vereadora Rossana Ferreira de Farias que assim se posicionou:

Projeto de Lei Complementar Nº 05/2021
Relatora: Rossana Ferreira de Farias
Ementa: Altera a Lei nº 02/2017 e a Lei nº 741/1998 com as alterações da Lei nº 19/2021 e dá outras providências.
Apresentação: 27 de maio de 2021
Fim do interstício: 03 de junho de 2021
Quórum: maioria absoluta
Emendas: (Não houve emendas)
Parecer: Pela Rejeição.
Votos:

- Carolayne Kelley: Pela aprovação
- José Edmilson (Presidente): Pela aprovação

José Edmilson da Silva
Presidente Comissão

Carolayne Kelley Gonçalves
Membro

Rossana Ferreira de Farias
Membro